

# O RASGO CONTEMPORÂNEO DA LÓGICA DIALÉTICA - UMA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE QUALITATIVA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL-REGIONAL<sup>1</sup>

*Dinizar Fermiano Becker<sup>2</sup>*

*Maria Beatriz Oliveira da Silva<sup>3</sup>*

## Resumo

Este texto especula em torno da contemporaneidade da lógica dialética para a análise qualitativa da economia política. Além de fazer uma rápida revisão/síntese dos pressupostos da lógica dialética, num primeiro plano, faz a crítica das duas principais correntes de análise e estudos do desenvolvimento contemporâneo; e, num segundo plano, apresenta uma alternativa analítica fundada e fundamentada na proposição lógico-metodológica de Polanyi e na metodologia dialética trazida por Gramsci. Com esta, procura dar atualidade à dialética, enquanto metodologia para a análise da complexidade dos movimentos conformadores do desenvolvimento local-regional de

---

<sup>1</sup> Este texto, mais do que qualquer outro, é um texto em elaboração. De acordo com o pensamento de Demo, “conhecimento é processo, está sempre se fazendo” e, em consequência, está sempre se refazendo, principalmente, com a parceria dos nossos alunos e orientandos. Por isso, esta é uma versão ampliada e aprofundada, em parceria com Maria Beatriz, do artigo de minha autoria intitulado: A economia política contemporânea – algumas considerações lógico-metodológicas, publicado na Revista do DIREITO da UNISC. Portanto, este texto, como outro qualquer, na nossa proposição e nas palavras de Castoriadis “é um texto se fazendo”. Enquanto tal, é um texto aberto a críticas e, mais, um texto à espera de novas e decisivas contribuições e sugestões de seus possíveis e eventuais leitores.

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES - Centro Universitário. Livros Publicados: REDENEP – A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional; (org.) *Desenvolvimento Sustentável* – EDUNISC, 1999; (org.) *Competitividade – Os descaminhos da globalização*. FATES, 1998. Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT, 08/1995 -08/2001. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES – RS, 09/1997 -07/2000. [Dinizar@mestrado.unisc.br](mailto:Dinizar@mestrado.unisc.br) ou [dbecker@fates.tche.br](mailto:dbecker@fates.tche.br) - 519955 – 5995.

<sup>3</sup> Mestre em Direito pela UNISC. Professora do Departamento de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

transnacionalização econômico-corporativo, de regionalização socioambiental, e de descentralização político-institucional. O primeiro, configurando a ação econômica, o segundo, conformando a reação social e o terceiro movimento, constituindo a mediação política.

Palavras-chave: Economia Política, Método Dialético, Desenvolvimento local-regional.

#### Abstract

This article speculates the logic-methodological challenges of the contemporary political economy analysis: at first, criticizing the two main tendencies of analysis and studies of the contemporary development; and, secondly, proposing an analytical alternative based and supported by the logic-methodological proposition of Polany and on the dialectic methodology brought by Gramsci. Through the latter, it intends to update dialectics, as methodology to the analysis of the complexity of adjusting movements in local-regional development of: economical-corporative transnationalization, social-ambiental regionalization and political-institutional decentralization. The first, setting the economic action, the second adjusting the social reaction and the third constituting the political mediation.

Keywords: Political economy, Dialectic method, Local-regional development.

Um instrumental lógico-metodológico<sup>4</sup>, como sabemos, é, por um lado, o caminho (o como?) e, por outro lado, é o ferramental (as técnicas) que usamos para chegar ao conhecimento de determinada realidade - e esse instrumental usamos de acordo com a concepção que temos dessa realidade.

Mesmo sabendo que "a marcha do real é filosoficamente mais verdadeira e mais profunda do que nossos pensamentos mais profundos" (Lenin citado por Minayo, 1999, p. 37), reduzimos a duas grandes linhas a construção filosófica da realidade. Uma dessas construções organiza a tendência analítica<sup>5</sup>, que enquanto orientação teórica fundamentou o empirismo lógico e, enquanto orientação lógico-metodológica, fundou o positivismo lógico<sup>6</sup>. Outra organiza a tendência histórica<sup>7</sup>, que, enquanto orientação teórica fundamentou a crítica às concepções da tendência analítica hegemônica e enquanto

<sup>4</sup>"(...) é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos". (Demo, 1987, p. 19).

<sup>5</sup> Para uma análise dessa tendência consultar: Bombassaro, 1992, p. 26 e segs.

<sup>6</sup> "A hipótese central do positivismo lógico é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros". (Minayo, 1999, p. 39 e segs).

<sup>7</sup> Consultar: Bombassaro, 1992, p. 31 e segs, op. cit.

orientação lógico-metodológica fundou o historicismo<sup>8</sup> ou a sociologia compreensiva<sup>9</sup>.

Na dicotomia epistemológica que estrutura o embate e organiza o debate da teoria do conhecimento sobra muito pouco espaço para avanços e superação de algumas contradições basilares da ciência moderna. Isto ocorre porque, de um lado, enfileiraram-se os positivistas defensores das ciências naturais como fundante e única fonte lógico-metodológica do método científico. Para estes, o quantitativo, o objetivo, a neutralidade (a realidade do fato sem valor), o imediato observado pelos sentidos (a aparência), o objeto dado, o sujeito separado do objeto, o isolamento do objeto, a dedução, entre outras são os pressupostos determinantes do processo de produção do conhecimento.

De outro lado, entrincheiram-se os, digamos assim, não positivistas, defensores das ciências sociais como alternativa lógico-metodológica de produção do conhecimento científico. Para estes, a qualidade, a subjetividade, a não-neutralidade (a ideologia do valor contido no fato), o mediato das relações históricas (essência da representação e dos significados), o objeto construído pelo cientista, a impossibilidade de separar o sujeito do objeto, as limitações de um objeto esterilizado, a indução, entre outros são os elementos limitantes do processo de produção do conhecimento.

Diante da

(...) problemática da quantidade e da qualidade, a dialética assume que a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade/ exterioridade com que se debatem (Minayo, 1999, p. 11 e 13) positivistas e não-positivistas.

Por isso, a dialética possibilita desconstruir, e, ao mesmo tempo, reconstruir, a totalidade social concreta (Cardoso, 1962, p. 9 e 10).

Portanto, "a dialética (...) abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados" (Minayo, 1999, p. 11).

<sup>8</sup> "Afirma o primado da compreensão do significado das ações humanas, dotadas de liberdade ...". (Rüdiger, 1991, p. 20).

<sup>9</sup> "Privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que o significado e a intencionalidade os separam dos fenômenos naturais". (Minayo, 1999, p. 50 e segs).

“Este tipo de abordagem penetrou no âmbito da pesquisa das ciências humanas, principalmente embasada nas concepções do materialismo histórico de Marx e na interpretação de seus seguidores” (Baquero, 1995, p. 29).

Fazendo a crítica da Economia Política clássica, Marx distingue dois métodos: “o primeiro, que parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes; e o segundo, que parte das abstrações feitas pelo pensamento, e retorna ao todo concreto agora reconstruído pelo pensamento” (Marx, 1985, p. 39).

No primeiro ficaríamos apenas com um conhecimento abstrato da realidade, nas palavras de Marx “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” (Marx, 1985, p. 39), determinações gerais. O segundo aponta para um caminho de volta, que, segundo Marx, é o método “cientificamente exato”, porque, além de ir do abstrato ao concreto, vai das determinações concretas, das determinações particulares à reconstrução do todo. “Com efeito, a explicação dialética é obtida quando, no mesmo movimento da razão, os fenômenos são concebidos e analisados com referência ao singular e ao geral, com relação ao qual o particular não é senão sua diferenciação” (Cardoso, 1962, p. 19).

No entanto, essa ida do abstrato ao concreto não se dá de forma isolada ...

“as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio unificador, uma pressuposição da existência de uma determinada concepção do todo, cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o começo, esse todo que ultrapassa a intuição e a representação” (Silva, 2000, p. 18).

“Como não se pode ir do abstrato ao concreto, sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato - fazendo a crítica das abstrações - a indução e a dedução também não constituem caminhos independente” (Silva, 2000, p. 18), mesmo sendo métodos diferentes.

Não é possível um conhecimento indutivo puro, pois a indução não se resume a uma mera análise de dados empíricos; não se pode ir do particular ao geral, sem que se tenha de antemão uma idéia “geral” do particular; é impossível fazer tábula rasa da mente ou se ter uma consciência vazia para analisar os fatos empíricos; (...) (Corazza, 1996, p. 41).

De outra parte, assim como não há fatos puros, não há tampouco pensamentos puros...” dedução não é mera análise de conceitos, de suas determinações internas, não é simples exposição de conhecimentos já adquiridos, mas implica criação de novos conhecimentos. A dedução envolve também um momento empírico ou um momento indutivo. Não se pode ir do geral ao particular sem antes ter ido do particular ao geral” (Corazza, 1996, p. 41) e vice-versa.

Por isso, dentro de uma concepção dialética, a indução e a dedução, o concreto e o abstrato, a quantidade e a qualidade, o objetivo e o subjetivo, o imediato e o mediato,

a aparência e a essência, o sentido e o significado, o fato e o valor, o natural e o social, a análise e a síntese, o pensamento do objeto e o objeto pensado “são momentos contrários internos e inseparáveis do mesmo processo de conhecimento” (Corazza, 1996, p. 41) da realidade, enquanto totalidade concreta. Já que “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência”. (Kosik, 1976, p. 12).

Em sendo “a realidade um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções” (Kosik, 1976, p. 41)

Ao contrário,

é um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; é justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos em movimento recíproco se elucidam mutuamente, [é que se] atinge a concreticidade (Kosik, 1976, p. 41), (grifo nosso) na análise qualitativa e, portanto, no conhecimento da realidade.

Portanto,

o conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer; não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressiva (Kosik, 1976, p. 41) (grifo nosso).

Assim, “a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (Kosik, 1976, p. 41).

Além disso,

para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatidade da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo

início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto (Kosik, 1976, p. 30).

De fato,

o processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade *em todos os seus planos e dimensões*. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo próprio o todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido (Kosik, 1976, p. 30).

Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração [em espiral] de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias 'saturadas historicamente', empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato (...) (Cardoso, 1962, p. 14), (grifo nosso).

Entretanto, os dois planos da totalidade concreta não são concebidos como se fosse a consequência irreversível ou mecânica do outro, nem, muito menos, como se os processos sociais tal qual os agentes sociais os representam se constituíssem como meros 'invólucros' sem eficácia sobre as condições que determinam verdadeiramente o processo social. Ao contrário, as relações entre os dois planos são dialéticas, e, na construção das totalidades sociais, é necessário elucidar as conexões recíprocas que os mantêm como uma unidade entre pólos opostos, diversos, mas integrados (Cardoso, 1962, p.15), (grifo nosso).

Portanto, são, simultaneamente, momentos contraditórios e conflituosos e, por outro lado, momentos complementares e integradores, compondo, dessa forma, um universo, uma totalidade<sup>10</sup> concreta que oferece duas interpretações: uma

<sup>10</sup> (...) significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido". (Kosik, 1976, p. 35).

contraditória e conflituosa, porque concebida e composta de agentes divergentes, que se opõem uns aos outros; outra complementar e integradora, porque concebida e composta por agentes convergentes (Bobbio, 1995, p. 32).

No entanto, nem sempre os agentes são necessariamente diferentes. Muitas vezes um mesmo agente, em nível estrutural, vive e convive com contradições e conflitos e, em nível superestrutural, busca transformar a divergência em convergência, ou seja, busca a integração e a complementação.

Em termos dinâmicos e, por isso, lógico-metodológicos, pode-se admitir que a realidade, enquanto totalidade concreta e complexa de relações em movimento, comporta, ao mesmo tempo, essa dupla face de mudança, de transformações, de revolução e de continuidade, de permanência, de conservação.

Só assim é possível entender a dinâmica da realidade contemporânea como um processo que, embora contraditório e conflituoso, possui uma complementaridade, uma unidade (Fonseca, 1989, p. 25), "um princípio unificador".

Nessa concepção, o conhecimento dialético da realidade pode ser entendido como resultante de duas forças básicas que lhe dão movimento e desenvolvimento: primeira, as contradições e os conflitos estruturais<sup>11</sup> contidos nas relações de base, sociais e econômicas. Essas "se exprimem através de regularidades objetivas que podem ser verificadas e explicadas (...) (em termos de conexões estruturais, funcionais ou de sentido)" (Cardoso, 1962, p. 14).

No entanto, precisamos ter clareza, "(...) a explicação científica deve passar da análise desse plano [estrutural] para a descoberta das conexões que as regularidades empíricas mantêm com as condições, fatores, e efeitos *essenciais* que determinam realmente a dinâmica e o sentido do processo social" (Cardoso, 1962, p. 14). E isso só será possível se avançarmos para um outro nível ou plano de análise: o superestrutural<sup>12</sup>. Neste outro plano, é que se conforma a segunda força: a força das mudanças e transformações e/ou das permanências e continuidades (Minayo, 1999, p. 67).

Esta, por sua vez, decorre das possibilidades de superação das contradições e de resolução dos conflitos. É, portanto, no nível superestrutural que se encontra a totalidade concreta. Porque é onde e quando "o todo se cria a si mesmo na interação das partes" (Kosik, 1976, p. 41) e, ao mesmo tempo, enquanto movimento, determina a dinâmica

<sup>11</sup> Estrutura define-se "como o conjunto das forças sociais e do mundo da produção [forças produtivas]" (Portelli, 1983, p.45).

<sup>12</sup> Superestrutura entendida como "o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (...)" (Portelli, 1983, p. 47).

e o sentido do processo de transformações econômicas, sociais e políticas.

Essa forma de pensar o método difere, por exemplo, da terceira via do mestre Bobbio (1995, p.38). Em seu livro *Direita e Esquerda*, ele diz, em outras palavras, que a economia contemporânea não pode mais ser vista como resultante de dois movimentos opostos: capital x trabalho, econômico x social, globalização x regionalização, ou, como nos tempos da guerra fria, capitalismo x socialismo, quando cada local que privilegiasse um ou outro lado da disputa não eliminava o conflito, mas contribuía para que os opostos se distanciassem, impedindo que se tocassem e que entrassem em choque, ou impediam a alternativa seca, ou capitalismo ou comunismo, impossibilitando um terceiro caminho (ou, em nossos termos, impossibilitando um caminho alternativo)<sup>13</sup>.

Seriam essas duas dimensões, o global (o abstrato, o homogêneo) e o local (o concreto, o heterogêneo), complementares e só aparentemente contraditórias, configuradoras e dinamizadoras de um terceira via integradora do desenvolvimento contemporâneo?

Esta forma de perceber o processo de desenvolvimento se distinguiria da totalidade mecânica, na qual o todo deriva da combinação de partes componíveis, e componíveis porque compatíveis, quanto da totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em junção do todo, e, portanto, não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro?

Em nosso entender, o processo de desenvolvimento contemporâneo vai além dessa concepção: caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares: um, de transnacionalização dos espaços econômicos<sup>14</sup> (globalização), que pode ser considerada em tese como sendo a direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma hegemonia exercida de fora para dentro e de acordo com os interesses econômico-corporativos, transnacionalizados e financeirizados ou financeirizados e transnacionalizados<sup>15</sup>. Essa seria a dimensão quantitativa do desenvolvimento; outro, de regionalização dos espaços sociais<sup>16</sup> (localização), que pode ser considerada em antítese como sendo a reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-hegemonia, exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar. Essa, por sua vez, seria a dimensão qualitativa do desenvolvimento.

<sup>13</sup> À tese Bobbiana somam-se outros muitos defensores da terceira via, como foi vinculado pela mídia no recente encontro de líderes políticos mundiais (Clinton, Schroeder, Jospin, Blair), em Florença - Itália. Entre eles, merecem destaque os gurus do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Sociólogo Francês Alain Touraine e o do Primeiro Ministro Inglês Tony Blair, o Cientista Político Inglês Anthony Giddens.

<sup>14</sup> Para uma discussão contemporânea de espaço consultar: BENKO, 1999 e CORRÊA, 1995.

<sup>15</sup> Esses processos e conceitos, podem ser vistos: BELLUZZO, 1997; BRAGA, 1997; BEKER, 1998 e TAVARES & FIORI, 1997.

<sup>16</sup> Para uma discussão conceitual da dinâmica espacial atual consultar: HARVEY, 1993 e BENKO, 1999.

Nessa proposição, a síntese só será real, enquanto totalidade concreta, e, portanto possível, se emergir do processo um modelo (um projeto) próprio e específico de desenvolvimento do lugar, enquanto totalidade concreta. Em outros termos, a síntese resultará da capacidade dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da articulação dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, e, sobre essa articulação, construir um modelo (projeto) próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto, alternativa, do desenvolvimento local-regional no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômico-corporativos transnacionalizados (o mercado capitalista) aos interesses socioambientais regionalizados. Esse modelo (projeto) somente é (será) possível, como veremos mais adiante, se o lugar conseguir estruturar na esfera da política um aparato político-institucional mediador e viabilizador desse modelo (projeto) próprio e específico, configurando, dessa forma, (via 'integração', 'unificação', complementação), um todo estruturado e dialético ou uma totalidade concreta.

Em tese, pode-se dizer que, por um lado, existe um movimento geral de mundialização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando os demais aspectos da vida humana como meio. Nesse processo de transnacionalização do econômico, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados e é liderado pelos países do primeiro mundo, principalmente EUA.<sup>17</sup> Esse conjunto de países e de conglomerados econômico-financeiros dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de concorrência<sup>18</sup> ou de competitividade para o mundo, e, enquanto tal, configuram tendências econômico-corporativas determinantes do desenvolvimento contemporâneo.

Essas tendências, segundo alguns estudiosos<sup>19</sup>, acabam se transformando em determinantes globais (mercadológicos) das formas de desenvolvimento locais. É com base nessas tendências globais (do mercado capitalista) que muitos pesquisadores e analistas de mercado fazem suas críticas e avaliações do desenvolvimento local-regional, seguindo uma velha fórmula metodológica, marxiano-habermasiana, de criticar o particular pelo universal (Lash, 1997, p.165). É o tal de pensar global e agir local, conforme prega

<sup>17</sup> Consultar a esse respeito a *Coleção Zero à Esquerda* da Vozes, coordenada por: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa. E especialmente consultar o volume organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. *Poder e dinheiro* - Uma economia política da globalização, 1997.

<sup>18</sup> Ver a respeito desse conceito e do processo de concorrência intercapitalista contemporânea, duas obras: Coutinho e Ferraz, 1994 e Ferraz, *et al*, 1995.

<sup>19</sup> Neste grupo de estudiosos, encontram-se aqueles pesquisadores que discutem a questão da competitividade do desenvolvimento. Alguns desses pesquisadores podem ser encontrados nas bibliografias referidas nas notas de n.º 7, 9 e 10.

Stroh (1995, p.285), que tem no horizonte do global o modelo ideal para a análise da realidade local, num estilo idealista de se produzir “determinações conceituais e da dialética destes conceitos” (Grespan, 1998, p.38), esquecendo-se, que esse modelo ideal deveria ser só o ponto de partida do pensamento.

Metodologicamente, estes estudos desenvolvem-se em três momentos: num primeiro, procuram identificar as tendências globais de mercado (o ideal, o abstrato); num segundo, com base nessas tendências, buscam radiografar/diagnosticar o desenvolvimento local (o real, o concreto); num terceiro momento, fundamentados neste “diagnóstico” (o ideal menos o real), procuram formular estratégias de ação pró-desenvolvimento (do real para alcançar ou chegar ao ideal) e/ou propor alternativas de desenvolvimento do local-regional.

São estudos tipicamente econômicos e setoriais, que analisam o local a partir da dimensão econômica e de uma forma setorializada. São exemplos desse tipo de trabalho: *Made in América* coordenado por Dertouzos, *Made in France* coordenado por Coriat e *Made in Brazil* coordenado por Coutinho e Ferraz. Todos partem do econômico e do setor em geral para analisar o particular. Portanto, fazem a crítica do local pelo global.

Ficam evidentes as limitações desses estudos. Primeiro: porque a pesquisa, ao apropriar-se detalhadamente da realidade (da localidade), ao analisá-la nas suas múltiplas formas de desenvolvimento e ao rastrear seus nexos internos, a partir de uma construção “*a priori*”, o global (o ideal, o abstrato), faz com que a vida material da realidade (da localidade) se espelhe idealmente em determinações gerais e abstratas. E, assim, esquece, de fazer a viagem inversa identificando e analisando “uma rica totalidade de determinações e de relações diversas” (Marx, 1985, p.14) determinantes singulares e concretas do desenvolvimento local-regional.

Parafrazeando Marx, a realidade é realidade (a localidade é localidade), “porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Por isso, a realidade (a localidade) só pode aparecer “no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida”, como fazem os estudos, “ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (Marx, 1985, p. 14). Só depois de consumada a etapa da pesquisa de apropriação da realidade, a etapa que Marx denomina de método de investigação (Marx, 1985, p. 14/5/6), é que se pode apresentar adequadamente o movimento efetivo do real (Grespan, p.38/9). E isso, os estudos referidos não fazem.

Uma segunda limitação desses estudos manifesta-se no privilegiamento da dimensão econômico-corporativa do desenvolvimento. Ao analisarem o local com o foco do global, concebem o processo de desenvolvimento com um sentido único de determinações: do global para o local, do econômico-corporativo para o socioambiental, como se existisse um único modelo de desenvolvimento, uma única receita de

desenvolvimento de um determinado lugar<sup>20</sup>. Ou, como se isso fosse possível, homogeneizar o processo de desenvolvimento, igualando a forma e conteúdo do mesmo, quantificando, desse modo, a qualidade.

Em antítese, pode-se especular que, por outro lado, existe um movimento geral de regionalização socioambiental que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos culturais e ambientais (naturais); e, segundo, pela busca de alternativas socioambientais para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas dos agentes do desenvolvimento caracterizam-se pela resistência, pela defesa dos interesses socioambientais regionalizados. Num segundo momento, poderão ocorrer, dependendo da tradição de cada lugar, atividades cooperadas dos agentes local-regionais e, enquanto necessidade-possibilidade de reação, configurarem contratendências ou contramovimentos do desenvolvimento contemporâneo.

Esse processo de regionalização socioambiental, enquanto contratendências local-regionais fundadas na cooperação<sup>21</sup> entre os agentes do desenvolvimento da região (do local), define e fundamenta, por conseqüência, a capacidade de articulação autônoma dos interesses sócio-ambientais regionalizados e destes com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

No entendimento de muitos estudiosos, é nesse desabrochar dos interesses socioambientais regionalizados que afloram as diferenças culturais e as diversidades ambientais como vantagens e trunfos dos múltiplos espaços e escalas geográficas. E, enquanto vantagens e trunfos, transformam-se em qualidades (potencialidades) diferenciadas e diferenciadoras do processo de desenvolvimento local-regional. Cultura e natureza, juntas, tornam-se os elementos fundantes da sabedoria de articular a autonomia decorrente da diferença e da diversidade com a unidade da comunidade regional. Assim, o cultural e o natural, ao mesmo tempo que são elementos diferenciadores e diversificadores dos desenvolvimentos locais-regionais, são os elementos agregadores, identificadores de uma comunidade regional, tornando-a singular. Em outros termos, é a qualificação da quantidade.

Esta nova realidade, enquanto uma nova materialidade do sistema capitalista, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias, com o que geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orienta-se pelos interesses sócio-ambientais

<sup>20</sup> Ver a esse respeito: IANNI, 1993, p. 80 e segs. Ali, o autor demonstra exatamente o contrário – o quão desigual e desequilibrador é o desenvolvimento atual.

<sup>21</sup> Compreende a participação, a parceria, o consórcio, a integração, dos e entre os agentes do desenvolvimento local-regional.

regionalizados, configurando e conformando tendências local-regionais (ou contratendências) funcionais ao desenvolvimento global. Essas tendências local-regionais (ou contratendências), segundo alguns estudiosos<sup>22</sup>, acabam transformando-se em desafios locais de inserção das regiões no desenvolvimento global.

É com base nessas tendências (ou contratendências) local-regionais que determinados pesquisadores e analistas fazem suas críticas e avaliações do desenvolvimento contemporâneo, seguindo uma velha fórmula metodológica, nietzscheniano-adorniana, de analisar o universal pelo particular (Lash, 1997, p.165). Dessa forma, seguindo à risca a premissa tolstoniana, que diz: “conhece tua aldeia e serás global”. Como afirma Haddad (1993), uma região não é, pura e simplesmente, a manifestação local da economia nacional. Segundo essas concepções, cada região mantém características específicas e possui identidade própria. Por isso, necessita de teorias próprias e específicas para explicar o seu processo singular de desenvolvimento. Esquecendo-se, de que esse ponto de partida é, na verdade, o ponto de chegada do pensamento ao concreto.

Metodologicamente, esses estudos compreendem três fases distintas de elaboração. A primeira, faz-se uma descrição, uma caracterização da economia política do processo de desenvolvimento local-regional (o real, concreto); a segunda, sobre essa e com essa descrição do local faz-se a análise da caracterização, para produzir um conhecimento do desenvolvimento local-regional, criticando o desenvolvimento global (o ideal, o abstrato); a terceira fase, uma vez identificadas e analisadas as tendências locais-regionais (ou contratendências), propõe as correções de rota do desenvolvimento local-regional, linhas de ação para as comunidades locais-regionais, alternativas de inserção da economia local-regional (o real) no processo de desenvolvimento global (o ideal).

Embora, comparativamente, pareça mais apropriado, com o foco do local (concreto) analisar o global (o abstrato), na verdade, estes estudos sofrem de um certo grau de miopia, pois, ao partirem do particular, não conseguem visualizar toda a complexidade das determinações e dos desafios contidos no processo de desenvolvimento contemporâneo. Principalmente, as decorrentes das múltiplas determinações econômico-corporativas e as que afloram das muitas e diversas relações que dão nexos internos a cada realidade (localidade) singular.

Ao percorrerem um único caminho, o do real ao ideal (ou do concreto ao abstrato), esquecem-se, de fazer o caminho inverso de ida do ideal ao real (ou do abstrato ao concreto) e, assim, produzem conhecimentos impossíveis de serem generalizados.

Além disso, enfrentam as limitações da inexistência de instrumentais técnicos e metodológicos para fazerem análises qualitativas da realidade (localidade), como, por exemplo, a construção de “indicadores” sociais ou ambientais qualitativos. Estes são

<sup>22</sup> Neste grupo de estudiosos, encontram-se aqueles pesquisadores que discutem a questão da sustentabilidade do desenvolvimento.

estudos que deveriam trabalhar exaustivamente a dimensão qualitativa da realidade, relativizando a dimensão quantitativa, mas, para tanto, lhes faltam ferramentas (técnicas).

Isso acontece porque faltou aos estudos a “pesquisa prévia” do “nexo interno” da realidade (localidade) estudada. Sem ela, não conseguem apropriar-se do “movimento efetivamente real”. Foram direto, para o que Marx denomina de método de exposição (Marx, 1985, p.14/5/6/7), esquecendo-se do método de investigação ou do ponto de partida. Assim, relativizando a necessidade de todo um aparato teórico-metodológico para se constituir a realidade (a localidade), enquanto objeto de estudo<sup>23</sup>.

Como podemos deduzir do exposto, as duas correntes de estudo mantêm um certo paralelismo, compondo uma via de mão dupla cujas pistas estão separadas por um canteiro central, que impede e impossibilita o cruzamento e o intercruzamento das duas dimensões do desenvolvimento contemporâneo: o global e o local. Os referidos estudos isolam e analisam os determinantes econômico-corporativos separados dos desafios socioambientais do desenvolvimento atual.

Ao conceberem a transnacionalização e a regionalização como processos distintos, o econômico e o social como duas esferas separadas, os estudos caem na vala comum dos universalismos<sup>24</sup> ou dos particularismos<sup>25</sup>. Enquanto tais, são análises metodologicamente parciais, pois tanto uma quanto outra tem um único sentido de determinações do desenvolvimento: do universal para o particular ou do particular para o universal.

<sup>23</sup> Aqui se pode, a título de ilustração, separar o ecólogo do ecologista. O ecólogo é o cientista que se apropria da realidade através de um instrumental teórico-metodológico e, uma vez constituído seu objeto de estudo, identifica e analisa toda a complexidade de suas múltiplas determinações e de suas muitas e diversas relações conformadoras de seu nexo interno, produzindo, dessa forma, conhecimento novo. O ecologista é o ativista que se apropria de uma bandeira de luta e sai a campo defender a sua causa. Normalmente, essa bandeira tem pouco a ver com a realidade. Embora, possa existir o cientista engajado, unindo ciência e bandeira em nome de uma causa.

<sup>24</sup> São exemplos clássicos dessa dificuldade histórica, as velhas teorias do colonialismo, imperialismo e em menor escala a teoria da dependência, mas nem por isso menos importante. Bem como, é exemplo as atuais “teorias da globalização” que ao mesmo tempo explicam tudo, não explicam nada.

<sup>25</sup> São exemplos clássicos desses extremismos de direita e de esquerda as mais diversas formas de localismos, regionalismos, nacionalismos tenham eles motivos religiosos, étnicos, políticos, ideológicos, ou comerciais. Muitos já morreram (milhões de judeus, armênios, soviéticos, kosovares) outros continuam morrendo, em decorrência de determinados dogmas “científicos”. Agora mesmo, diante da devastação provocada pela reestruturação econômica e produtiva das nações capitalistas, não faltam movimentos extremistas de direita para apartar socialmente o mundo. Nestes movimentos, destacam-se alguns que são pacíficos e são “legítimos” como os dos ambientalistas americanos que conseguiram impor condições restritivas aos produtos mexicanos no tratado de livre comércio da América do Norte. Ou como do movimento internacional e/ou americano de erradicação do trabalho infantil, que muito antes de garantir os direitos da criança e do adolescente, cuida de aplicar sanções econômicas impeditivas da entrada de produtos desses países infratores nos países defensores desta bandeira. Muito antes de ser uma causa humanista, o trabalho infantil é utilizado como barreira não tarifária.

Em resumo, o que aqui se defende é que já não é mais possível tão somente “pensar global e agir localmente”. É preciso, também, pensar local e agir globalmente. Ou melhor, já não basta conhecer o local para ser global. É preciso, ao mesmo tempo, conhecer o global para ser local. Isto significa que já não basta estudar tão somente o processo de transnacionalização dos espaços econômicos, o processo de avanço do mercado capitalista ou os determinantes econômico-corporativos, a dimensão econômica (a competitividade) do desenvolvimento contemporâneo<sup>26</sup>. É preciso, ao mesmo tempo, estudar o processo de regionalização dos espaços sociais, os desafios socioambientais, a dimensão social e ambiental (a sustentabilidade) do desenvolvimento contemporâneo<sup>27</sup>.

Entretanto, (esses dois processos) essas duas dimensões são somente as bases da estrutura, econômica e social, do desenvolvimento contemporâneo. Porque, dialeticamente, o primeiro processo configura a ação econômica; o segundo, conforma a reação social. Os dois em conjunto, enquanto processos contraditórios, conformam um dos planos da análise qualitativa do desenvolvimento contemporâneo, o plano das contradições entre os dois processos, entre as duas dimensões (ou “entre as partes”). Dimensões (ou processos) resultantes das relações econômicas e sociais que “se exprimem através de regularidades objetivas que podem ser verificadas e explicadas (...) (em termos de conexões estruturais, funcionais ou de sentido)” (Cardoso, 1962, p. 14).

No entanto, “a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração [em espiral] de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato”. E “justamente neste *processo de correlações em espiral* no qual todos os conceitos em movimento recíproco se elucidam mutuamente, [é que se] atinge a concreticidade” (Kosik, 1976, p. 41) na análise qualitativa e, portanto, no conhecimento do desenvolvimento contemporâneo.

Como fazer essa análise qualitativa do processo de desenvolvimento contemporâneo? Eis a questão!

Já que “para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatidade da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em

<sup>26</sup> Maiores detalhes sobre esse tema consultar: Becker, 1998.

<sup>27</sup> Para uma discussão mais aprofundada do tema consultar: Becker, 1999.

geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto” (Kosik, 1976, p.30).

Por isso, precisamos encontrar a “unidade do diverso”, a “integração dos opostos”, a complementaridade entre as tendências e as (contra)tendências, a mediação entre as dimensões, social e econômica, do processo de desenvolvimento contemporâneo. Só dessa forma poderemos analisar o desenvolvimento contemporâneo, enquanto uma totalidade dialética resultante de múltiplos determinantes econômico-corporativos (do mercado capitalista) e de muitos desafios locais-regionais (socioambientais).

Metodologicamente, dois outros autores, Karl Polanyi (1980) e Antonio Gramsci (1975) podem nos ajudar na difícil tarefa de encadear os dois planos analíticos numa totalidade concreta ou numa totalidade dialética.

Polanyi, discutindo a grande transformação ocorrida no século XIX, demonstra como o primado do econômico e a crença no mercado capitalista auto-regulável levaria inevitavelmente à autodestruição da civilização<sup>28</sup>. Sua tese é de que o mercado auto-regulável não passa de uma recatada utopia. “Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto” (Polanyi, 1980, p.23).

Para evitar a “autodestruição da civilização” (Polanyi, 1980, p.23), necessariamente “a sociedade teria que tomar medidas para se proteger”<sup>29</sup>. A autoproteção da sociedade recolocaria a possibilidade do controle “da devastação social de um sistema incontrolado, a economia de mercado”. Com isso, a sociedade estaria reafirmando, pelas suas próprias condições e pelas suas próprias necessidades, os valores essenciais da vida humana<sup>30</sup>.

De um lado, Polanyi demonstra como a lógica econômica deixada ao livre arbítrio do mercado capitalista auto-regulável provocaria a devastação da vida humana. De outro lado, defende a necessidade da auto-proteção social, a legítima defesa da sociedade através da regulação social dos mercados<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Esta autodestruição, na compreensão de Schumpeter (1985, p.47), seria “construtiva” quando não imposta de fora, mas surgindo de dentro da economia local regionalizada, sendo um fator de mudança, um fator de desenvolvimento regional. Nesse sentido, segundo Beck (1997, p. 12) seria uma “autodestruição criativa” para toda uma região.

<sup>29</sup> Os múltiplos nacionalismos decorrentes da 1ª grande crise do sistema capitalista no último quartel do século XIX são exemplos desse processo, pois acabaram se transformando em protecionismo, fato que, segundo alguns, levou à 1ª e à 2ª guerra mundial.

<sup>30</sup> Esta referência foi buscada na apresentação do livro de Polanyi.

<sup>31</sup> Mesmo que os termos analíticos propostos por Polanyi tivessem como objeto de estudo as grandes transformações econômicas e sociais do século XIX, sua proposta metodológica possui um rasgo de contemporaneidade. Nada parece mais atual do que observar no desenvolvimento atual duas ordens de determinações: uma, definida pelo primado do econômico, devastando nações e regiões; a outra, perseguida pelas sociedades regionais e nacionais, reagindo à devastação e buscando autoproteção de suas sociedades.



Embora Polanyi tenha andado no sentido de constatar o contraditório do movimento do econômico com o contramovimento do social, é com Gramsci que a esfera da política entra como mediação<sup>32</sup> (como “unidade do diverso”, como integração de opostos, como complementaridade de movimento e contramovimento) e, em consequência, como esfera-espço de superação dessa contradição básica entre a esfera econômica (o mercado auto-regulável) e a esfera social (a autoproteção da sociedade).

Ao trabalhar o conceito de bloco histórico<sup>33</sup> como uma totalidade dialética em cuja superestrutura abarca a sociedade civil<sup>34</sup> e a sociedade política, e, na sua estrutura, baseia as forças materiais de produção (a economia) e as forças sociais de produção (a sociedade), Gramsci engloba, num só conjunto, as principais dimensões do desenvolvimento contemporâneo: a econômica, a social, a política e, ao mesmo tempo, define o intelectual<sup>35</sup> como principal mediador das múltiplas relações do bloco histórico.

E mais: ao vincular a estrutura e a superestrutura<sup>36</sup> dessa forma, Gramsci concebe o bloco histórico como uma totalidade concreta que, além de dialética e dinâmica, é orgânica<sup>37</sup>. Uma organicidade viabilizada e realizada pelos “operários da superestrutura”, os intelectuais, que, ao mesmo tempo que conectam a estrutura à superestrutura e vice-versa, medeiam as relações estruturais intraclasse e as relações superestruturais interclasses, resolvendo os conflitos e a superando as contradições do processo socioeconômico e, dessa forma, dinamizando e dando sentido ao processo social.

Na concepção gramsciana, tanto a estrutura pode determinar a superestrutura quanto a superestrutura pode determinar a estrutura<sup>38</sup>. Nesses termos, a economia pode determinar a política, como pode determinar o social, bem como em determinados blocos históricos, pode estar ocorrendo o inverso: o social determinando a política e a economia, ou a política estar determinando a economia e o social.

<sup>32</sup> Autores contemporâneos como Buarque, 1990, 1991 e 1992; Santos, 1996; Beck, 1997; Thurow, 1997; Kumar, 1997; Touraine, 1994 e 1996; Genro, 1997 e 1999; Boisier, 1996; Demo, 1996; Fischer, 1996; Chilcote, 1998 tratam a esfera da política como a esfera da mediação e superação das contradições do desenvolvimento moderno.

<sup>33</sup> Para aprofundar a discussão do bloco histórico consultar: Portelli, 1983.

<sup>34</sup> Sobre o conceito de sociedade civil e política consultar: Bobbio, 1982; Gruppi, 1978; Innocentini, 1979 e Portelli, 1983.

<sup>35</sup> Sobre os papéis dos intelectuais, bem como, sobre o próprio conceito de intelectual, consultar: Bobbio, 1982; Gruppi, 1978 e, especialmente, Portelli, 1983, no Cap.: IV. “O papel dos intelectuais no seio do bloco histórico”.

<sup>36</sup> Ver a esse respeito: Portelli, 1983, especialmente no Cap.: II, p. 45, onde o autor discute a relação entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico.

<sup>37</sup> Orgânico no sentido que lhe dá Gramsci. De ser mediatizada pelo intelectual e de possuir múltiplas determinações. Não no sentido que lhe dá Bobbio de ser uma totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em junção do todo, e, portanto, não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro.

<sup>38</sup> Nesse sentido, Gramsci vai além, superando Hegel que na sua proposição o ideal era que determinava o real e superando Marx que propunha o real determinando o ideal.

Assim, não existe um único sentido nas determinações do processo de desenvolvimento contemporâneo. Existem múltiplas determinações. Em alguns momentos dos blocos históricos, uma determinada esfera pode ter a primazia nos determinantes, como ocorre hoje com a economia, em outro momento, outra.

No entanto, o próprio Gramsci reconhece ser inerente ao sistema capitalista que a iniciativa da ação seja do econômico<sup>39</sup> (seja do mercado) e que, a partir da ação econômica (do mercado capitalista), ocorra a reação do social. Dessa forma, o movimento do econômico (a ação econômica - do mercado auto-regulável) e o contramovimento do social (a reação do social - autoproteção social) compõem um processo contraditório por natureza, que necessita da mediação<sup>40</sup> do político<sup>41</sup>, (a “unidade do diverso”, a “integração dos opostos”).

Ao contrário do que propõe Bobbio e seus parceiros da terceira via, a nossa concepção instrumental de análise qualitativa do desenvolvimento contemporâneo tem como pressuposto “a unidade do diverso”, “a integração de opostos” sem anular as partes, acabar com as contradições e os conflitos por decreto já que o todo, não podemos esquecer, se cria a si mesmo na interação das partes. Sem partes não existe a totalidade dialética e sem a totalidade concreta não existe a dialética das partes.

Acrescente-se que, conforme afirma Schumpeter (1985), o estado de desenvolvimento de um povo não resulta só de determinantes econômico-corporativos, mas resulta de uma totalidade ampla e complexa de determinantes. Por isso, não é nenhuma aberração afirmar que o estado de desenvolvimento de um determinado local emerge da criatividade e da capacidade de articulação dos agentes sociais, econômicos e políticos do desenvolvimento local-regional em torno de um projeto sócio-ambiental regionalizado, próprio e específico, portanto, diferenciado e diferenciador dos seus singulares.

A essa articulação interna diferenciada deve ser acrescida a capacidade de articulação autônoma dos interesses socio-ambientais regionalizados<sup>42</sup> com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados, o que deve propiciar uma inserção diferenciada e

<sup>39</sup> Gramsci não fica sozinho nesta constatação. Além de Polanyi e Marx muitos outros o acompanham. Merecem destaque Schumpeter (1985, p. 44) que afirma “o mundo econômico é relativamente autônomo”; Porter, 1990, 1993 e 1996 que deixa evidente “minha teoria parte das indústrias e competidores até chegar à economia como um todo”; Coutinho e Ferraz, 1994 e Ferraz *et al*, 1995, são unânimes em eleger a empresa como a célula dinâmica e econômica do desenvolvimento recente. Nessa concepção, encontram-se todos aqueles que trabalham com a concorrência intercapitalista ou o mercado capitalista como fator único e exclusivo do desenvolvimento atual, que não é o caso de Gramsci e Polanyi.

<sup>40</sup> Essa necessidade de mediação política tem sido destacada insistentemente pelo ex-prefeito Tarso Genro em seus escritos recentes (1999 e 1997). Ele vai além, seguindo a vertente gramsciana do papel do intelectual na sociedade moderna e afirma que o papel do político, em si, e no sentido amplo do que se entende por político, é o de ser mediador.

<sup>41</sup> Para uma análise mais aprofundada da proposição, ver bibliografia referida na Nota N.º 38.

<sup>42</sup> Ou dos interesses locais articulados diretamente aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

alternativa no desenvolvimento global<sup>43</sup>. Trata-se, pois, conforme propõe Goldman (1994, p. 29), de pensar e realizar o desenvolvimento local-regional através do *diferencial*.

Por isso, o ponto de partida das articulações é a base local-regional. Sobre e a partir dessa base localizada, ocorrem as múltiplas determinações-desafios em seus múltiplos sentidos: do setorial para o regional ou vice-versa; do econômico-corporativo transnacionalizado para o socioambiental regionalizado ou vice-versa; do global para o local ou vice-versa; do econômico para o social ou vice-versa; do mercado para a sociedade ou vice-versa, compondo um processo de articulações configuradas por um conjunto de relações setoriais e espaciais, estruturantes de uma determinada economia política e de um determinado processo de desenvolvimento local-regional.

Em síntese, qualquer instrumental lógico-metodológico que quisesse dar conta da dinâmica do processo de desenvolvimento contemporâneo deveria trabalhar as três principais dimensões do desenvolvimento contemporâneo, a saber:

Primeira: o movimento econômico (a tese – a ação do econômico - transnacionalização dos espaços econômicos – dimensão econômica, o mercado auto-regulável – a competitividade), medido por indicadores econômico-corporativos do desenvolvimento setorial. Essa é a uma das partes, a parte econômica – quantitativa, abstrata, objetiva, aparência - do processo de desenvolvimento contemporâneo;

Segunda: o contramovimento social e ambiental (a antítese – a reação do social e ambiental - dimensão socioambiental, a autoproteção social e ambiental – a sustentabilidade), medido por indicadores sócio-ambientais do desenvolvimento local-regional. Essa é a segunda parte, a parte social e ambiental – qualidade, concreta, subjetiva, essência - do processo de desenvolvimento contemporâneo;

Terceira: a mediação política (a síntese – a mediação do político – dimensão política - flexibilidade), medida por indicadores político-institucionais do desenvolvimento setorial-regional. Essa é a dimensão política mediadora que se cria e se constitui no processo de construção da totalidade do processo de desenvolvimento contemporâneo, que ocorre através da unidade das partes, da integração da dimensão econômica com a dimensão social e ambiental, da complementaridade entre o movimento, a ação da economia e o contramovimento, a reação socioambiental.

Assim, o processo econômico e o processo social e ambiental, juntos, tornam-se a base estrutural dos desenvolvimentos diferenciados e diferenciadores viabilizados e mediatizados, na superestrutura, pelo processo político, dando forma e conteúdo ao processo de desenvolvimento contemporâneo.

<sup>43</sup> Isso não impede que um determinado lugar articule-se diretamente aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados sem uma articulação aos interesses socio-ambientais regionalizados. As ilhas fiscais são exemplo dessa articulação. O normal seria o desenvolvimento local estar articulado, social e ambientalmente, com os locais vizinhos, contíguos e, ao mesmo tempo, estar articulado, econômica e corporativamente, aos interesses econômico-financeiros transnacionalizados.

Portanto, a economia (o mercado) e o socioambiental (a sociedade), estando prenhes de contradições e conflitos, e em sendo as dimensões basilares do movimento e contramovimento estrutural, conferem dinâmica ao bloco histórico através do processo político de superação das contradições e da resolução dos conflitos na superestrutura pela agregação das partes, unidade do diverso, integração dos opostos, enfim, pela mediação política dando forma e conteúdo ao desenvolvimento contemporâneo.

## BIBLIOGRAFIA

- BAQUERO, N., GONÇALVES M., A. S., BAQUERO, R. V. A. Reflexões sobre pesquisa nas ciências humanas. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n. 2, p. 17-32/mar, 1995.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BECKER, D. F. REDENEP – A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional. Lajeado: EDUNVATES, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *COMPETITIVIDADE: o (des)caminho da globalização*. Lajeado: FATES, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M. Dinheiro e transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BOBBIO, N. *Dirigida e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BOMBASSARO, L. C. *As fronteiras da epistemologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BRAGA, J. C. S. Financeirização global. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOISIER, S. Modernidad y Territorio. *Cuadernos ILPES/CEPAL*. Santiago del Chile: ILPES/CEPAL, n. 42, abr. 1996.
- BUARQUE, C. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- \_\_\_\_\_. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CHILCOTE, R. H. *Teorias de política comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CORRÊA, R. L. ESPAÇO: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. *GEOGRAFIA: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- CORAZZA, G. O todo e as partes: Uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v. 26, n. especial, 1996.
- COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1996.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 1987.
- FERRAZ, J. C. *et al. Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- FISCHER, T. (Org.) *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FONSECA, P. C. D. *VARGAS: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GENRO, T. *O futuro por armar*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Combinar democracia e democracia representativa. In: GENRO, T. *et al. Desafios do governo local*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRESPLAN, J. L. S. *O negativo do capital*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GOLDMANN, M. *Razão e diferença*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HADDAD, P. R. Regiões, regionalismos e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. *Análise Conjuntural*. Porto Alegre: FEE, v. 2, n. 2, p. 255-270, 1993.

- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LASH, S. Reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. *A modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1999.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias competitivas*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RÜDIGER, F. R. *Paradigmas do estudo da história*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 2, n. 2, maio/ago, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SCHUMPETER, J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SILVA, M. B. O. da. *Cedo demais para dizer "adeus"*- (Ao trabalho enquanto um direito fundamental e à centralidade do trabalho). Santa Cruz do Sul: Inédito, 2000. (Dissertação de Mestrado em Direito da UNISC).
- STROH, P. Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza*. São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.
- TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.

THURLOW, L. C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOURAINÉ, A. *A crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *O que é democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Podemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.